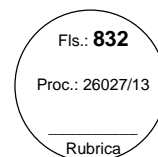




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº: 159/2017-3ª Diacomp

Brasília (DF), 11 de setembro de 2017.

Processo nº: 26027/13 (5 Volumes e 8 Anexos)

Apenso nº: 38106/13 (1 Volume)

Jurisdicionada: Companhia Energética de Brasília – CEB

Assunto: Representação

Montante em exame: Não se aplica

Ementa: Representação encaminhando denúncia acerca da deterioração da situação econômica e financeira da CEB e suas subsidiárias, decorrente de várias irregularidades. Inspeção. Análise dos esclarecimentos apresentados pela CEB. Audiência dos responsáveis. Análise das razões de justificativas apresentadas. Pela aplicação de multa aos responsáveis.

Senhor Diretor,

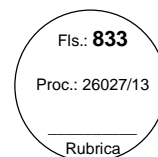
Tratam os autos de Representação do MPjTCDF, por meio do Ofício nº 046/2013-MF, o qual apresentou supostas irregularidades ocorridas na Companhia Energética de Brasília – CEB.

1. Do histórico recente do processo

2. Ao tomar conhecimento da Representação, a Corte determinou a apresentação de esclarecimentos, por parte da CEB, e autorizou a realização de inspeção para apuração dos fatos narrados no Ofício nº 46/13-MF (Decisão nº 3803/2013, fl. 71).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Posteriormente, ao tomar conhecimento de embargos de declaração opostos pela Jurisdicionada, a Corte esclareceu que a referida inspeção deveria ocorrer somente após a apreciação das justificativas apresentadas pela CEB (Decisão nº 4728/2013, fl. 94).

3. O mérito da Representação foi examinado mediante a Informação nº 01/2014-3ª Diacom (fls. 195/206), na qual foram apresentadas as seguintes sugestões ao Plenário:

I - conhecer:

a) da Informação nº 01.2014 - 3ª DIACOMP;

b) da Carta nº 142/2013 - PRESI;

II - considerar cumprida a diligência determinada no item II da Decisão nº 3803/2013;

III - considerar improcedente a Representação Ministerial examinada nestes autos;

V - autorizar o retorno dos autos à SEACOMP para fins de arquivamento.

4. Devidamente instruídos, os autos foram remetidos ao MPJTCDF, que lavrou o Parecer nº 0272/14-MF, complementado pelo Parecer nº 0064/2015-MF (fls. 231/242-v e 262/262-v). Porém, antes que o Feito fosse relatado, apensou-se-lhe o Processo nº 38106/2013, no qual foi exarada a Decisão nº 200/2015, cópia à fl. 264, da qual consta o seguinte:

II - deixar de se manifestar sobre o mérito da Representação nº 22/13 - MF, pelas razões aduzidas na Informação nº 86/2014 - 3ª Diacom; III - autorizar o apensamento dos autos ao Processo nº 26.027/13, para subsidiar as análises ali efetuadas; IV - alertar a Secretaria de Acompanhamento para que, no âmbito do Processo nº 26.027/13, proceda às apurações pertinentes **com vistas a esclarecer se os acionistas minoritários da CEB estão sendo cerceados em seu direito de fiscalização da empresa, nos termos da denúncia sintetizada no item I do § 5º do Parecer nº 1.084/14 - MF** (fl. 68); (grifou-se)

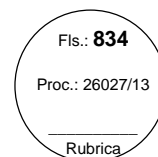
5. Em razão dessa Decisão, a Relatora dos autos exarou o Despacho Singular nº 123/2015-GCAM, restituindo o Processo a esta Secretaria para "reexame da matéria, considerando o teor da referida decisão superveniente" (fl. 266).

6. O Corpo Técnico, mediante a Informação nº 149/2015 - 3ª Diacom (fls. 339/351), informou que a inspeção realizada revelou indícios de duas irregularidades, praticadas pela alta administração da CEB Holding (Diretoria e Conselho de Administração), a saber: (i) cerceamento das atividades de fiscalização do Conselho Fiscal e (ii) ausência de publicidade de atos ou fatos relevantes.

7. Acrescenta que, embora tenha examinado o mérito da Representação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



objeto dos autos na Informação nº 01/2014 (fls. 195/206), os achados ali indicados poderiam levar a alteração nas conclusões lançadas. Logo, entendeu que as sugestões quanto ao mérito da Representação deveriam ser reservadas para etapa processual vindoura. Ou seja, após os esclarecimentos da Jurisdicionada acerca desses achados.

8. Em 01/12/2015, o Tribunal, por meio da Decisão nº 5.742/2015 e de acordo com o voto condutor da Conselheira Relatora Anilcéia Luzia Machado, assim decidiu (fls. 388):

I - sobrestar a análise da preliminar suscitada pelo Ministério Público, até a próxima manifestação da jurisdicionada; II - tomar conhecimento: a) da Carta nº 098/2015-PR (fls. 274/331), da Companhia Energética de Brasília - CEB; b) da documentação acostada aos autos (fls. 332/338); c) dos resultados da inspeção; d) parcial da Representação nº 19/15-DA; III - conceder à CEB, nos termos do artigo 1º da Resolução TCDF nº 271/2014, o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações circunstanciadas sobre as irregularidades identificadas nos itens III.1 e III.2 da informação nº 149/15; IV - autorizar o retorno dos autos à SEACOMP, para os devidos fins. O Conselheiro PAULO TADEU deixou de atuar nos autos, por força do art. 63, § 14, do RI/TCDF. (sem grifo no original)

9. Assim, após a análise de manifestação da CEB, o Tribunal, com base na Informação nº 25/2016-3ªDiacomp, por meio da Decisão nº 3433/2016, decidiu:

“III - determinar a audiência dos componentes do Conselho de Administração da CEB Holding, indicados no § 80 da instrução, para apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, das razões de justificativas referentes ao cerceamento das atividades fiscalizatórias do seu Conselho Fiscal e pela ausência de publicidade de atos ou fatos relevantes, conforme tratado nos itens III.1.1 a III.1.5 e III.1.8 a III.1.12 e III.2, todos da Informação nº 25/16, tendo em vista o descumprimento dos artigos 153, 154 e 163 da lei nº 6.404/76;”.

10. Os indicados na citada Decisão apresentaram suas razões de justificativas conforme tabela apresentada no § 14 desta informação.

11. No entanto, durante a instrução de análise dessas defesas, o corpo técnico identificou que dois (2) membros do Conselho de Administração – CA, Srs. Nelson José Hubner Moreira e Robson Vieira Texeira de Freitas, não haviam sido chamados em audiência. Assim, com base na Informação nº 27/2017-3ªDiacomp (fls. 761/765), por meio da Decisão nº 2160/2017 (fl. 777), o Tribunal determinou que os referidos membros:

(...)apresentem razões de justificativas a respeito do cerceamento das atividades fiscalizatórias do seu Conselho Fiscal e pela ausência de publicidade de atos ou fatos relevantes, conforme descrito nos itens III.1.1 a III.1.5



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



e III.1.8 a III.1.12, e III.2 da Informação nº 25/2016-3ªDiacomp (fls. 489/525), ante a possibilidade de ser-lhes aplicada a penalidade prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, tendo em vista o descumprimento dos arts. 153, 154 e 163 da Lei nº 6.404/76; Do objetivo da presente informação;

12. O Sr. Nelson José Hubner Moreira apresentou suas razões de justificativas por meio de documentação (fls. 783/793) e o Sr. Robson Vieira Texeira de Freitas, também por meio de documentação acostada aos autos (fls. 794/806).

13. Com isso, esta informação tem por objetivo analisar as razões de justificativas apresentadas pelos membros do Conselho de Administração – CA, da CEB-Holding, com vistas a subsidiar a decisão desta Corte acerca das possíveis irregularidades praticadas pela alta administração desta Companhia (Diretoria e CA), a saber: cerceamento das atividades de fiscalização do Conselho Fiscal (item III.1 da Informação nº 149/15) e ausência de publicidade de atos ou fatos relevantes (item III.2 da Informação nº 149/15).

2. Da análise das razões de justificativas trazidas

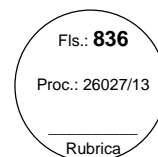
14. Os membros do CA da CEB Holding apresentaram suas razões de justificativas por meio das peças processuais indicadas abaixo, sendo que para o item III.1 (cerceamento das atividades do Conselho Fiscal) a respectiva análise foi realizada em Papéis de Trabalho específicos indicados a seguir, em virtude da extensão das respostas. Os demais questionamentos, desde que pertinentes, foram analisados no corpo desta instrução.

Tabela 1 – Razões de Justificativas Apresentadas pelo Membros do CA – CEB-H

Membro do Conselho	Razões de Justificativas	Mandato	Análise
Rafael Lycurgo Leite	fls. 560/614 e Anexo II	30/04/2013 a 27/04/2015	Papel de Trabalho nº 1 (fls. 807/809)
Maria Lúcia Barbosa Lins	fls. 623/635 e Anexo III	30/04/2013 a 27/04/2015	Papel de Trabalho nº 2 (fls. 810/812)
Ricardo Bernardo da Silva	fls. 643/678 e Anexo IV	30/04/2013 a 27/04/2015	Papel de Trabalho nº 3 (fls. 813/815)
Mariana Costa Perna Pereira	fls. 694/698	30/04/2013 a 17/03/2015	Papel de Trabalho nº 4 (fls. 816/817)
Fernando Swami Thomas Martins	fls. 707/759 e Anexos V a VIII	30/04/2013 a 26/12/2013	Papel de Trabalho nº 5 (fls. 818/822)
Marcelo Gomes de Alencar		30/04/2013 a 30/09/2013	
Rubem Fonseca Filho		30/04/2013 a 04/03/2015	
Sandoval de Jesus Santos		30/04/2013 a 17/03/2015	
Paulo Fernando Santos de Vasconcelos	Não apresentou razões de justificativas	30/04/2013 a 17/03/2015	Não apresentou razões de justificativas
Nelson José Hubner Moreira	fls. 783/793	26/05/2014 a 31/12/2014	Papel de Trabalho nº 6 (fls. 823/825)
Robson Vieira Teixeira de Freitas	fls. 794/806	30/09/2013 a 25/09/2014	Papel de Trabalho nº 7 (fls. 826/828)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



15. O membro do CA, Paulo Fernando Santos de Vasconcelos, devidamente notificado pelo Tribunal (fl. 559), não apresentou manifestação.

16. Abaixo, segue a análise das razões de justificativas apresentadas pelos membros do CA da CEB Holding.

1.1 - Cerceamento das atividades do Conselho Fiscal – CF

17. Em relação a estas irregularidades, elencadas nos itens III.1.1 a III.1.5 e III.1.8 a III.1.12 da Informação nº 25/2016-3ªDiacomp (fls. 489/524), nesta etapa instrutiva, a análise empreendida buscou verificar se cada um dos membros citados concorreu para as irregularidades apontadas, considerando-se a ocorrência dos fatos durante o período de seu mandato (ver tabela acima), bem como identificar os membros que comprovaram a ausência de responsabilidade nos termos do art. 158 da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que:

Art. 158. § 1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembléia-geral.

18. Ainda, conforme já delimitado na Informação nº 149/2015-3ª Diacomp (fl. 344, § 19 a 22), a atuação do Conselho Fiscal – CF se dá dentro dos limites legal e estatutário. Vale repetir que fatos e situações alertados pelo CF, dentro de suas prerrogativas fiscalizatórias, não devem, necessariamente, ser cumpridos pela alta administração, mesmo que resultem em prejuízo. Nestes casos, os dirigentes responderão nos termos do art. 158 da Lei nº 6404/76. Observa-se que as funções do CF, em se tratando de atos de gestão da companhia, possuem natureza consultiva, e não deliberativa. Por outro lado, deve-se, também, ressaltar a prerrogativa do CF, nos termos do inciso IV do art. 163, para: “IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia.”

19.

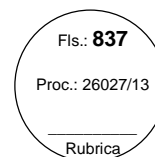
20. Com isso, os atos que caracterizam o cerceamento das atividades fiscalizatórias do CF, por parte da alta administração (Diretoria e CA), consistem na re-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



cusa e/ou atraso injustificado no fornecimento de informações, mesmo que pelas subsidiárias. Portanto, a análise realizada não adentra no mérito das situações de fato elencadas, ainda que constituam irregularidades com potencial prejuízo¹, mas apenas na questão do cerceamento das atividades fiscalizatórias do CF, ou seja, no ato do CA e do seu Presidente em não responder/deliberar sobre as solicitações e requerimentos de informações/estudos/laudos deste conselho, nos termos do art. 163 da Lei nº 6404/76, transcrito acima.

21. Vale, ainda, destacar que, em todas razões de justificativas analisadas, foi identificado o posicionamento adotado pela Alta Administração da companhia (Diretoria e maioria do CA), sobre o relacionamento da Controladora (CEB-H) com a Controlada, subsidiária integral (CEB-D). Verifica-se que o Diretor-Presidente da CEB-D é também o Presidente do CA da CEB-H. Tal estrutura tem restringido e reduzido as atribuições legais e estatutárias do CA da Controladora frente às atividades negociais e gerenciais da Controlada, sendo uma das principais fragilidades da governança corporativa do grupo CEB. Assim, tem-se assumido o entendimento de que assuntos das subsidiárias são de deliberação privativa da Assembleia Geral, relegando as deliberações do CA da CEB-H a assuntos meramente formais, o que contraria frontalmente a legislação societária brasileira. Deve-se salientar que tal entendimento, face ao fato da CEB-H ser uma empresa de capital aberto, com negociação de ações em Bolsa de Valores e possuir, aproximadamente 20% de capital privado, não se coaduna com a legislação societária brasileira. Tal questão, em virtude de sua lateralidade frente ao objetivo da presente instrução, será analisada mais detidamente no tópico I.1.5.2 desta informação.

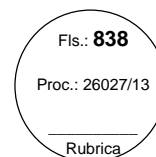
22. Verifica-se que os membros indicados pelo Acionista Majoritário (GDF) são representados pelos Conselheiros Fernando Swami Thomas Martins, Marcelo Gomes de Alencar, Rubem Fonseca Filho (Diretor-Presidente da CEB-D e Presidente do CA da CEB-H), Sandoval de Jesus Santos, Paulo Fernando Santos de Vasconcelos, Nelson José Hubner Moreira, Robson Vieira Teixeira de Freitas e Mariana Costa Perna Pereira. Os acionistas minoritários com direito a voto são representados pelos Conselheiros Rafael Lycurgo Leite e Maria Lúcia Barbosa Lins. Os empregados, nos termos do § 1 do art. 17 do Estatuto Social da companhia, são representados pelo Conselheiro Ricardo Bernardo da Silva.

23. Abaixo, segue o resumo das análises realizadas em relação às razões de justificativas trazidas pelos membros do CA da CEB-H.

¹ O mérito das irregularidades estão sendo tratados em outros processos no âmbito do TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



I.1.1 - Conselheiro Rafael Lycurgo Leite

24. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 01 (fls. 807/809), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pelo citado membro, ele não concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.1 a III.1.5, III.1.8, III.1.9 e III.1.12, tendo em vista que consignou, em documentos hábeis, nos termos do art. 158 da Lei nº 6.404/76, solicitação para os questionamentos e requerimento de informações realizados pelo CF. Em relação aos itens III.1.10 e III.1.11, restou evidenciado que os assuntos tratados não foram levados ao CA pela Diretoria, o que também afasta a responsabilidade do citado Conselheiro.

25. Com isso, verifica-se que o Conselheiro Rafael Lycurgo não concorreu para nenhum dos atos de cerceamento às atividades do CF.

I.1.2 - Conselheira Maria Lúcia Barbosa Lins

26. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 02 (fls. 810/812), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pela citada membro, ela não concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.1, III.1.3 a III.1.5, III.1.8 e III.1.9, tendo em vista que consignou sua divergência, em documento hábil, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei nº 6.404/76, em relação ao tratamento dispensado aos questionamentos e requerimento de informações do CF. Em relação aos itens III.1.10 e III.1.11, restou evidenciado que os assuntos tratados não foram levados ao CA pela Diretoria, o que, também, afasta a responsabilidade da citada Conselheira.

27. No entanto, em relação aos itens III.1.2 (orçamento empresarial) e III.1.12 (adicional de periculosidade), foi verificado que os assuntos foram tratados no âmbito do CA, não tendo a citada Conselheira consignado sua divergência relativamente ao cerceamento das atividades do CF, em documento hábil, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei nº 6.404/76, de forma que pudesse afastar sua responsabilidade individualmente, o que caracteriza omissão.

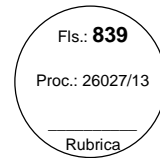
28. Com isso, conclui-se que a Conselheira Maria Lúcia Barbosa Lins concorreu para o cerceamento às atividades do CF somente em relação aos itens III.1.2 (orçamento empresarial) e III.1.12 (adicional de periculosidade).

I.1.3 - Conselheiro Ricardo Bernardo da Silva

29. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 03 (fls. 813/815), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pelo citado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



membro, ele não concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.1 a III.1.5, III.1.8 e III.1.12, tendo em vista que consignou sua divergência, em documento hábil, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei nº 6.404/76, em relação ao tratamento dispensado aos questionamentos e requerimento de informações do CF. Em relação aos itens III.1.10 e III.1.11, restou evidenciado que os assuntos tratados não foram levados ao CA pela Diretoria, o que, também, afasta a responsabilidade do citado Conselheiro.

30. No entanto, em relação ao item III.1.9 (contas a receber do GDF), foi verificado que os assuntos foram tratados no âmbito do CA, não tendo o citado Conselheiro consignado sua divergência relativamente ao cerceamento das atividades do CF, em documento hábil, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei nº 6.404/76, de forma que pudesse afastar sua responsabilidade individualmente, o que caracteriza omissão.

31. Com isso, conclui-se que o Conselheiro Ricardo Bernardo da Silva concorreu para o cerceamento às atividades do CF somente em relação ao item III.1.9 (contas a receber do GDF).

I.1.4 - Conselheiro Mariana Costa Perna Pereira

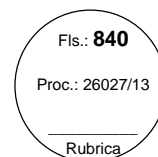
32. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 04 (fls. 816/817), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pela citada membro, ela não concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.10 e III.1.11, tendo em vista que os assuntos tratados não foram levados ao CA pela Diretoria, o que afasta a responsabilidade da citada Conselheira.

33. No entanto, em relação aos demais itens (III.1.1 a III.1.5, III.1.8, III.1.9 e III.1.12), foi verificado que os assuntos foram tratados no âmbito do CA, não tendo a citada Conselheira consignado sua divergência relativamente ao cerceamento das atividades do CF, em documento hábil, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei nº 6.404/76, de forma que pudesse afastar sua responsabilidade individualmente, o que caracteriza omissão.

34. Com isso, conclui-se que a Conselheira Mariana Costa Perna Pereira concorreu para o cerceamento às atividades do CF em relação aos itens III.1.1 a III.1.5, III.1.8, III.1.9 e III.1.12.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



I.1.5 - Conselheiros Fernando Swami Thomas Martins, Marcelo Gomes de Alencar, Rubem Fonseca Filho e Sandoval de Jesus Santos

35. Da resposta trazida pelos membros acima citados, verificou-se o questionamento de diversas questões laterais, não relacionadas diretamente às irregularidades apontadas na Informação nº 25/2016-3ª Diacom. Assim, separou-se a análise dessa resposta em duas partes, uma referente aos questionamentos da citada informação, e outra referente aos demais questionamentos trazidos pela defesa.

I.1.5.1. Irregularidades apontadas na Informação nº 25/2016

36. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 05 (fls. 818/822), no qual são resumidas e analisadas as respostas trazidas pelos citados Conselheiros, verificou-se que todos concorreram para as irregularidades apontadas nos itens III.1.1, III.1.2, III.1.5, III.1.8 e III.1.9, tendo em vista que restou comprovado o cerceamento às atividades do CF pela ausência de respostas às solicitações de informações deste conselho, não tendo os citados membros, ora representados, apresentado divergência, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei 6404/1976.

37. Em relação aos itens III.1.3, III.1.4 e III.1.12, apenas os Conselheiros Rubem Fonseca Filho (Presidente do CA) e Sandoval de Jesus Santos concorreram para as irregularidades apontadas nestes itens, tendo em vista que os mesmos ainda possuíam mandato à época dos fatos.

38. No que tange aos itens III.1.10 e III.1.11, apenas o Conselheiro Rubem Fonseca Filho (Presidente do CA) concorreu para as irregularidades apontadas nestes itens, tendo em vista que os assuntos abordados não foram levados pela Diretoria ao conhecimento do CA.

I.1.5.2. Outras questões levantadas pela defesa (fls. 716/727)

39. Abaixo, seguem as análises de algumas questões levantadas pela defesa dos Conselheiros citados acima, que, pela sua lateralidade em relação ao mérito da presente instrução, merecem ser examinadas separadamente.

1) Critério de análise de respostas da Nota de Inspeção nº 23/2015-3ª Diacom (fls. 716/721)

40. Defesa: Assevera que, na referida Nota de Inspeção (fls. 271/272), foram submetidas duas questões ao CF da CEB-H, cuja apresentação deveria ocorrer com a anuência de todos os seus membros e que, na análise da citada Nota de Inspeção,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



por meio da Informação nº 149/2015-3ª Diacom (fls. 339/351), houve divergência da premissa inicialmente adotada, pois o servidor responsável passou a realizar a análise de forma individualizada, tendo por base somente as respostas dos representantes dos acionistas minoritários, pois os outros três membros do CF (indicados pelo acionista majoritário, GDF) informaram não haver qualquer irregularidade. Destaca, ainda, que o CF, não obstante possuir poder de fiscalização individual, não tem poder de determinação ou deliberação. Com isso, requer que o cerceamento de defesa seja descaracterizado, com base na prevalência de respostas negativas da maioria do CF aos quesitos suscitados pela citada Nota de Inspeção.

41. Análise: A referida Nota de Inspeção solicitou informações: “as quais deverão ser apresentadas pelo Conselho Fiscal da CEB Holding, com anuência de todos os seus membros”. Verifica-se que não foi solicitada uma deliberação conjunta do CF, mas a ciência/conhecimento de todos os membros do conselho, sobre a existência de comprovadas situações de cerceamento às atividades desse Conselho.

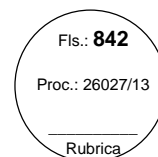
42. Não se pode desconsiderar que o objetivo da Inspeção empreendida foi o de cumprir a Decisão nº 200/2015, na qual a Corte determinou à Seacom que procedesse “...às apurações pertinentes com vistas a esclarecer se os acionistas minoritários da CEB estão sendo cerceados em seu direito de fiscalização da empresa, nos termos da denúncia sintetizada no item I do § 5º do Parecer nº 1.084/14 – MF”. Tal comando evidencia a necessidade de colher as opiniões de todos os Conselheiros. Diante da constatada divergência de opiniões entre eles, cabe a este Tribunal averiguar com quem está a razão. Por fim, constatou-se que havia indícios de veracidade nas situações relatadas pelos representantes dos acionistas minoritários do Conselho, em que pese os representantes do acionista majoritário (GDF) indicarem a inexistência de qualquer irregularidade. Com isso, a alegação não pode ser acatada.

2) Impossibilidade legal e estatutária de cerceamento de funções (fls. 722/723)

43. Defesa: Destaca que a CEB-H e a CEB-D possuem órgãos próprios de administração, e que a subsidiária integral não está subordinada, quanto aos atos de gestão, à sua controladora. Destaca que os diretores da CEB-H exercem, por imposição estatutária, a função de Assembleia Única da subsidiária integral CEB-D, o que garante o alinhamento estratégico da controlada junto à sua controladora, não significando, porém, uma cadeia hierárquica entre controladora e controlada para os atos de gestão. As solicitações do CF da CEB-H sobre assuntos afetos à CEB-D, além questionáveis no aspecto da indelegabilidade de funções, gozam de prazos de resposta não gerenciáveis pelo CA da CEB-H. Destaca que, ainda que fosse estabelecido prazo de resposta para as informações solicitadas pelo CF da CEB-H, isso não caracterizou uma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



obrigação legal da controlada diante da controladora, o que torna improcedente o acatamento de “cerceamento” relacionado ao prazo de resposta das solicitações do CF da CEB-H.

44. Análise: Tal questão será abordada no tópico abaixo, tendo em vista tratar-se do mesmo assunto.

3) Conflito de atribuições e de competência dos CF's da CEB-H e da CEB-D (fls. 723/727):

45. Defesa: Destaca que a CEB-D é uma subsidiária integral da CEB-H, e que, por questões lógico-jurídicas pacificadas doutrinariamente, a CEB-D não estaria subordinada a sua Controladora nem ao seu Conselho de Administração – CA, nem a sua Assembleia de Acionista. Segundo a defesa, a CEB-D possui Conselho Fiscal próprio, e que, em homenagem ao princípio da indelegabilidade das funções, a maioria dos assuntos de natureza gerencial e negocial da CEB-D deveriam ser tratados pelo CF da própria CEB-D, limitando-se os demais órgãos de gestão externos, no caso o CF da CEB-H, a requerer informações e recomendações para que o órgão de competência se manifeste.

46. Análise: Verifica-se que o argumento trazido não se coaduna com a legislação societária brasileira, uma vez que a CEB-H é uma empresa de mercado com ações negociadas em Bolsa de Valores, sendo que 20% da empresa pertence a agentes privados, os quais possuem representação nos CA e CF, cuja Lei Societária prevê uma série de atribuições e competências. Tais atributos permitem aos integrantes destes órgãos exercer suas atividades com independência, de forma que suas solicitações sejam atendidas tempestivamente e com transparência por parte dos órgão de direção da Companhia, como a Diretoria e o CA. Essa, de fato, é a estrutura corporativa que se depreende da Lei nº 6.404/76 para sociedades de capital aberto, como a CEB-H. No caso da CEB-D, verifica-se que a mesma não possui CA, tendo em vista sua condição de subsidiária integral da CEB-H. Ora, por consequência natural e lógica, o CA ao qual a CEB-D está submetida é o da CEB-H. Este é o posicionamento da doutrina autorizada², a qual sugere que: “Tratando-se de subsidiária integral, e desde que se pretenda adotar conselho de administração, como proceder, considerando que o único acionista existente é uma pessoa jurídica? Parece-me que, nesse caso, uma das soluções seria adotar, como conselho da subsidiária integral, o conselho da holding, quer em sua composição plena, quer de forma parcial. Outra solução seria eleger para o conselho da subsidiária acionistas da ‘holding’” (sem grifos no original).

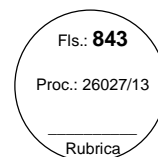
² Borba, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, página 412.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Contrariamente ao afirmado pela defesa, a doutrina majoritária brasileira tem entendimento em sentido oposto ao alegado. Além disso, não foi citada a fonte que baseia a presente alegação. No contexto da CEB, deve ser ressaltado o processo de indicação dos cargos diretivos da CEB-D, os quais são preenchidos, historicamente, por representantes do acionista majoritário (GDF), em conveniência ao alinhamento político vigente. Com isso, a atuação dos órgãos de fiscalização legais e estatutários, como o CA e CF da CEB-H, mostram-se essenciais ao favorecimento de um ambiente de gestão corporativa, alinhado com a previsão legal e estatutária, no sentido de dar transparência ao mercado, tendo em vista a natureza jurídica da companhia, qual seja, sociedade de economia mista com ações negociadas no mercado de valores. Com isso, a alegação não pode ser acatada.

I.1.6 - Conselheiro Nelson José Hubner Moreira

47. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 06 (fls. 823/825), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pelo citado membro, ele concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.2, III.1.4 e III.1.5, tendo em vista que restou comprovado o cerceamento às atividades do CF pela ausência de respostas às solicitações de informações deste conselho, não tendo o citado membro, ora representado, apresentado divergência, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei 6404/1976.

48. No que tange ao item III.1.11, verificou-se que apenas o Conselheiro Rubem Fonseca Filho (Presidente do CA) concorreu para as irregularidades apontadas neste item, tendo em vista que os assuntos abordados não foram levados pela Diretoria ao conhecimento do CA.

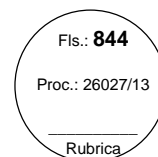
49. Quanto aos itens III.1.1, III.1.3, III.1.8 a III.1.10 e III.1.12, referem-se a irregularidades ocorridas em período não coincidente com o do mandato do justificante.

I.1.7 - Conselheiro Robson Vieira Teixeira de Freitas

50. Conforme restou demonstrado no Papel de Trabalho nº 07 (fls. 826/828), no qual são apresentadas e analisadas as justificativas trazidas pelo citado membro, ele concorreu para as irregularidades apontadas nos itens III.1.3 e III.1.4, tendo em vista que restou comprovado o cerceamento às atividades do CF pela ausência de respostas às solicitações de informações deste conselho, não tendo o citado membro, ora representado, apresentado divergência, nos termos do § 1º do art. 158 da Lei 6404/1976.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



51. No que tange aos itens III.1.10 e III.1.11 verificou-se que apenas o Conselheiro Rubem Fonseca Filho (Presidente do CA) concorreu para as irregularidades apontadas nestes itens, tendo em vista que os assuntos abordados não foram levados pela Diretoria ao conhecimento do CA.

52. Quanto aos itens III.1.1, III.1.2, III.1.5, III.1.8, III.1.9 e III.1.12, referem-se a irregularidades ocorridas em período não coincidente com o do mandato do justificante.

1.2 - Ausência de publicidade de atos e fatos relevantes

53. As respostas trazidas pelos Conselheiros do CA, em relação ao item III.2 da Informação nº 25/2016-3ª Diacomp, são sintetizadas abaixo.

Tabela 2 – Resumo das Justificativas – Ausência de Publicidade de Atos e Fatos Relevantes

Conselheiro	Defesa
Rafael Lycurgo Leite	<p>a) Em 24/10/2014, informou ao Presidente do CA a não publicação de fato relevante pelo Diretor de Relações com Investidores – DRI, tendo requerido que o mesmo fosse publicado imediatamente (fls. 608/609);</p> <p>b) Destaca que, como <u>o CA foi alijado de grande parte das decisões da CEB e de suas subsidiárias, não caberia imputar-lhe responsabilidade por assuntos que não chegaram ao conhecimento do CA</u>, pois, conforme previsto na Instrução Normativa 358/2002, art. 3º §§ 1 e 2, <u>a responsabilidade pela divulgação de atos e fatos relevantes seria do Diretor de Relações Institucionais</u>. Ainda nos termos da citada Instrução, os membros do CA só seriam responsabilizados caso tivessem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante (fl. 608/609);</p> <p>c) Destaca que o CA foi alijado de grande parte das decisões da CEB e suas subsidiárias, seja através de sonegação de informações, seja em razão do entendimento que o CA da CEB-H não poderia se manifestar sobre assuntos das subsidiárias (fl. 608);</p> <p>d) Destaca que a CVM tem entendimento de que para a omissão dos membros do CA e do CF caberia a penalidade de advertência (fl. 609).</p>
Maria Lúcia Barbosa Lins	<p>a) Informa que a responsabilidade, nos termos do art. 3 da IN 358/2002 da CVM, é do Diretor de Relações com Investidores;</p> <p>b) Destaca que somente se os demais membros da administração da companhia “terem conhecimento de ato ou fato relevante”, estes ficarão sujeitos a, primeiramente, “comunicar” tal situação ao próprio Diretor de</p>



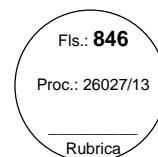
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Conselheiro	Defesa
	<p>Relações com Investidores, a quem continua sendo atribuída a responsabilidade pela divulgação;</p> <p>c) Conclui que não pode ser apontada como falha do CA ou de qualquer de seus membros, os fatos apontados pelo Tribunal, haja vista que o próprio CF ou um de seus membros poderia ter efetivado a considerada publicação.</p>
Ricardo Bernardo da Silva	<p>a) Informa que o dever de informar, nos termos dos dispositivos legais e regulamentares da CVM, está direcionado ao Diretor de Relações com Investidores, a quem cumpre expressamente a responsabilidade pela divulgação dos fatos e atos da companhia;</p> <p>b) Destaca que a responsabilidade só pode ser atribuída aos Conselheiros quando estes tomam conhecimento e não comunicam ao Diretor de Relações com Investidores.</p>
Mariana Costa Perna Pereira	<p>a) Informa que não existe nenhuma determinação expressa e coletiva do CA que tenha impedido a publicação de atos ou fatos relevantes. Tais práticas nunca foram do CA e/ou de seus membros de forma singular ou isolada. Em verdade, tal atribuição é do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, conforme Estatuto da CEB, art. 29, inciso IX e X;</p> <p>b) Infere-se que o gestor, que não se comunica com os membros do CA, pecou quanto à nomenclatura do ato divulgado (fls. 694/698).</p>
Fernando Swami Thomas Martins, Marcelo Gomes de Alencar, Rubem Fonseca Filho e Sandoval de Jesus Santos	<p>a) Atribui a responsabilidade pela divulgação das informações ao mercado à Área de Relações com Investidores da CEB-H, conforme IN 358/2002 da CVM;</p> <p>b) Destaca que a conclusão da Informação nº 25/2016-3ªDiacomp extrapola os limites de suas atribuições e invade a esfera de competência legal reservada ao órgão competente, e que a interpretação quanto ao correto enquadramento dos fatos como relevante só poderia ser feita pela própria CVM;</p> <p>c) Informa que, em função do princípio da instrumentalidade das formas, a forma como os fatos foram publicados pela CEB atingiu seu objetivo, não acarretando prejuízos ao mercado e aos acionistas, sendo incabível a afirmação de descumprimento de normas de publicidade.</p>
Nelson José Hubner Moreira	<u>a) Atribui a responsabilidade pela divulgação das informações ao mercado à Área de Relações com Investidores da CEB-H.</u>
Robson Vieira Teixeira de Freitas	<u>a) Atribui a responsabilidade pela divulgação das informações ao mercado à Área de Relações com Investidores da CEB-H, conforme IN 358/2002 da CVM;</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



54. Do resumo das respostas apresentado acima, de fato, assiste razão aos justificantes, pois, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, art. 3º, a responsabilidade pela divulgação de atos e fatos relevantes é de do Diretor de Relações Institucionais – DRI, sendo que os membros do CA só respondem em caso de conhecimento e não comunicação imediata do fato à CVM, conforme § 2º do mesmo artigo.

55. Com isso, verifica-se que os membros do CA não concorreram para a irregularidade apontada, tendo em vista a postura da alta Diretoria da CEB-H, devendo ser responsabilizado o Diretor de Relações com Investidores da *holding*.

56. Consultando o site da CEB-H³, é possível verificar que, durante o acontecimento dos fatos, o Sr. Marcelo Gomes de Alencar ocupou o cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, entre 21/06/2013 e 07/01/2015. Da tabela apresentada acima, constata-se que ele também ocupava o cargo de Conselheiro do CA, tendo-se oportunizado o devido direito de se manifestar nos autos. Em sua própria resposta, resumida na tabela acima, também atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade pela irregularidade ora analisada.

3. Conclusões/Sugestões

57. Em relação ao cerceamento às atividades do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília, com base no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 01/1994, ante à grave infração à norma legal e regulamentar, tal irregularidade enseja a aplicação de multa aos responsáveis identificados no Papel de Trabalho nº 8 – Cerceamento das Atividades do CF da CEB-H – Resumo da Responsabilização (fl. 829). Tal documento resume a responsabilidade atribuída a cada um dos membros do CA, de forma a possibilitar a gradação da multa a ser aplicada a cada um dos Conselheiros. Com isso, no que diz respeito aos 10 (dez) fatos caracterizadores de cerceamento⁴, conclui-se o exposto abaixo:

- Fernando Swami Thomas Martins (CPF: 376.498.097-49): concorreu para 6 fatos apontados;
- Marcelo Gomes de Alencar (CPF: 308.524.471-91): concorreu para 6 fatos apontados;

³ <http://www.ceb.com.br/index.php/institucional-ceb-separator/ceb-holding>.

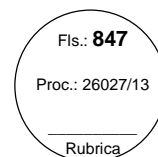
⁴ Plano Assistencial (item III.1.1); Orçamento Empresarial (item III.1.2); Contribuição de Iluminação Pública – CIP (item III.1.3); Adicional de Remuneração de Diretor – AARD (item III.1.4); Diferimento de Reajuste Tarifário (item III.1.5); Contratação por Inexigibilidade (item III.1.8); Contas a Receber do GDF (item III.1.9); Adequação da Remuneração dos Administradores (item III.1.10); Conflito de Interesse de Conselheiro Fiscal de Subsidiária (item III.1.11); Adicional de Periculosidade (item III.1.12).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- Maria Lúcia Barbosa Lins (CPF: 068.446.128-50): concorreu para 2 fatos apontados;
- Mariana Costa Perna Pereira (CPF: 886.253.461-20): concorreu para 8 fatos apontados;
- Nelson José Hubner Moreira (CPF: 443.875.207-87): concorreu para 3 fatos apontados;
- Paulo Fernando Santos de Vasconcelos (CPF: 376.552.051-91): concorreu para 6 fatos apontados;
- Rafael Lycurgo Leite (CPF: 762.794.991-20): não concorreu em nenhum dos fatos apontados;
- Ricardo Bernado da Silva (CPF: 618.216.403-49): concorreu para 1 fato apontado;
- Robson Vieira Texeira de Freitas (CPF: 719.155.326-04): concorreu para 2 fatos apontados;
- Rubem Fonseca Filho (CPF: 022.383.492-00): concorreu para todos os 10 fatos apontados;
- Sandoval de Jesus Santos (CPF: 516.714.841-34): concorreu para 8 fatos apontados.

58. Relativamente ao Conselheiro Paulo Fernando Santos de Vasconcelos, que não apresentou razões de justificativas, aproveitou-se a defesa dos demais membros indicados pelo GDF para dirimir sua responsabilidade.

59. Em relação à ausência de publicação de atos e fatos relevantes, restou demonstrado que a responsabilidade deve ser atribuída ao Diretor de Relação com Investidores – DRI da CEB-H, cargo ocupado à época dos fatos pelo Sr. Marcelo Gomes de Alencar (CPF: 308.524.471-91), também membro do CA da CEB-H. A atribuição de responsabilidade ao Sr. Marcelo Gomes de Alencar enseja aplicação de multa ao mesmo, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 01/1994, por cometimento de grave infração à norma legal e regulamentar.

60. Em função das análises empreendidas, elaborou-se o Papel de Trabalho nº 9 – Matriz de Responsabilidade (fls. 830/831).

61. Ante o exposto, somos pelo encaminhamento dos autos ao e. Plenário, sugerindo ao Tribunal:

- I - tomar conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da CEB, em cumprimento às Decisões nºs 3433/2016 e 2160/2017, a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- a) Rafael Lycurgo Leite (fls. 560/614 e Anexo II);
 - b) Maria Lucia Barbosa Lins (fls. 623/635 e Anexo III);
 - c) Ricardo Bernardo da Silva (fls. 643/678 e Anexo IV);
 - d) Mariana Costa Perna Pereira (fls. 694/698)
 - e) Fernando Swami Thomas Martins, Marcelo Gomes de Alencar, Rubem Fonseca Filho e Sandoval de Jesus Santos (fls. 707/759 e Anexos V a VIII);
 - f) Nelson José Hubner Moreira (fls. 783/793);
 - g) Robson Vieira Texeira De Freitas (fls. 794/806);
- II - considerar:
- a) revel o Sr. Paulo Fernando Santos de Vasconcelos, nos termos do § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 01/1994, aproveitando-lhe, contudo, as justificativas apresentadas pelos demais responsáveis;
 - b) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Rafael Lycurgo Leite;
 - c) parcialmente procedentes as razões de justificativas apresentadas pelos demais membros do Conselho de Administração da CEB-H relacionados no item I;
- III - aplicar, aos agentes indicados na Matriz de Responsabilização, fls. 830/831, a multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994, em função das graves infrações a normas legais indicadas na referida Matriz;
- IV - autorizar o retorno dos autos a esta Secretaria para as providências cabíveis.

À consideração superior.